



## Relatório de gestão e contas 2017

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>	<b>4</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>	<b>4</b>
<b>POLÍTICA ORÇAMENTAL</b>	<b>6</b>
<i>Síntese da execução orçamental</i>	<b>7</b>
<i>Equilíbrio Orçamental</i>	<b>8</b>
<i>Análise da Receita</i>	<b>8</b>
<i>Estrutura</i>	<b>8</b>
<i>Evolução</i>	<b>12</b>
<i>Análise da Despesa</i>	<b>15</b>
<i>Estrutura</i>	<b>15</b>
<i>Evolução</i>	<b>18</b>
<i>Operações de tesouraria</i>	<b>21</b>
<i>Conta de gerência</i>	<b>22</b>
<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>23</b>
<u><i>Anexos</i></u>	

## Índice de Quadros

<i>Q.1 - Composição do órgão executivo I</i>	4
<i>Q.2 - Composição do órgão executivo II</i>	5
<i>Q.3 - Composição do órgão deliberativo</i>	5
<i>Q.4 - Orçamento corrigido</i>	6
<i>Q.5 - Síntese da execução orçamental</i>	7
<i>Q.6 - Indicadores orçamentais</i>	7
<i>Q.7 - Evolução do saldo corrente</i>	8
<i>Q.8 - Execução orçamental da receita por classificação económica</i>	9
<i>Q.9 - Estrutura e execução das transferências correntes recebidas</i>	10
<i>Q.10 - Estrutura e execução das taxas, multas e outras penalidades</i>	11
<i>Q.11 - Estrutura e execução da venda de bens e serviços correntes</i>	11
<i>Q.12 - Evolução global da receita cobrada</i>	12
<i>Q.13 - Execução orçamental da despesa por classificação económica</i>	15
<i>Q.14 - Massa salarial (apenas consideradas remunerações certas e permanentes)</i>	16
<i>Q.15 - Composição do pessoal</i>	16
<i>Q.16 - Evolução global da despesa paga</i>	18
<i>Q.17 - Evolução das despesas com pessoal</i>	18
<i>Q.18 - Evolução das despesas com aquisição de bens e serviços</i>	19
<i>Q.19 - Evolução das transferências correntes concedidas</i>	19
<i>Q.20 - Mapa de operações de tesouraria</i>	21
<i>Q.21 - Resumo da conta de gerência</i>	22

## Índice de Figuras

<i>F.1 - Evolução da distribuição das fontes de receita</i>	13
<i>F.2 - Evolução da distribuição das transferências correntes recebidas</i>	13
<i>F.3 - Evolução da distribuição das receitas próprias</i>	14
<i>F.4 - Distribuição da despesa em correntes e de capital</i>	16
<i>F.5 - Distribuição da despesa com aquisição de bens e serviços por objetivos</i>	17
<i>F.6 - Evolução da estrutura da despesa paga</i>	20
<i>F.7 - Evolução dos recebimentos, pagamentos e saldo de gerência</i>	22



## INTRODUÇÃO

O presente relatório, preconizado pelo nº 13 do POCAL, pretende dar a conhecer aos responsáveis e demais utentes da informação financeira da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, a execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia e da sua situação financeira a 31 de dezembro de 2017.

Pretende-se com este documento espelhar, de uma forma simples e transparente, a atividade financeira desenvolvida pelo executivo da União de freguesias, nos seus diferentes setores de atividade. Para isso recorreu-se a quadros, gráficos e demais indicadores que permitem enriquecer a análise financeira de um ponto de vista dinâmico.

Constituem os principais objetivos deste relatório:

- Apresentar uma síntese do desempenho orçamental ocorrido no ano de 2017, bem como a sua evolução nos últimos exercícios.
- Explicitar os níveis de execução orçamental da receita e da despesa, destacando os aspetos de maior relevância.

O planeamento serviu de base à construção do presente relatório, seguindo-se a fase de recolha e tratamento da informação relativa à autarquia. Para uma análise rigorosa e fidedigna foi necessária a consulta dos seguintes documentos:

- Documentos previsionais
- Mapas de execução orçamental
- Mapas de modificações orçamentais
- Mapas de operações de tesouraria
- Reconciliações bancárias
- Mapas de processamento de vencimentos
- Listagens específicas com as ordens de pagamento autorizadas.
- Listagens específicas com as guias de receita cobradas.



## ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A Contabilidade das autarquias locais, respeita o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

Para a gestão de 2017, manteve-se o regime simplificado de organização da contabilidade, sendo que este regime é aplicável às autarquias locais cujo movimento de receita seja inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária do regime geral da função pública (1.716.400,00€). Este regime contabilístico, assenta numa contabilidade orçamental como sistema contabilístico que recorre ao método de escrituração unigráfico.

As autarquias locais obedecem ao classificador económico das receitas e das despesas na preparação dos documentos previsionais, constante no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

## IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

### Órgão executivo

Em resultado da realização de eleições autárquicas no ano de 2017, a responsabilidade pelo exercício de 2017 encontra-se repartida, conforme representada nos quadros abaixo.

- *Período de responsabilidade: 01.01.2017 – 24.10.2017*

Titular	Cargo
Pedro Miguel Almeida Gonçalves	Presidente
José Augusto Vilela Tunes	Secretario
Francisco Silva Araújo	Tesoureiro
Amândio António Monteiro dos Santos	Vogal
Nuno André Coelho Alves do Cabo	Vogal
Júlio Abraão Marques Lourenço	Vogal
Sandra Oliveira Pirraco da Silva	Vogal

Q.1 - Composição do órgão executivo I



- *Período de responsabilidade: 25.10.2017 – 31.12.2017*

Titular	Cargo
Pedro Miguel Almeida Gonçalves	Presidente
José Augusto Vilela Tunes	Secretario
Francisco Silva Araújo	Tesoureiro
Amândio António Monteiro dos Santos	Vogal
Albina Maria Leite Costa Ribeiro	Vogal
Júlio Abraão Marques Lourenço	Vogal
Joaquim Paulo Almeida Pinto Silva	Vogal

*Q.2 - Composição do órgão executivo II*

De acordo com o disposto no art. 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia, nomeadamente:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as revisões às opções do plano e ao orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

### Órgão deliberativo

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia, apresentando a Mesa da Assembleia a seguinte composição:

Titular	Cargo
Ana Patricia Gomes Fernandes	Presidente
Andreia Sofia dos Santos Ribeiro	1ª Secretária
Maria Florisa Teixeira Pereira	2ª Secretária

*Q.3 - Composição do órgão deliberativo*



Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia;
- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

## POLÍTICA ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais, definidos no ponto 2.3 do POCAL, nomeadamente o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, constituem um instrumento primordial para a gestão autárquica, pois estão neles definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira a curto prazo

Consubstanciados nos documentos previsionais, o Orçamento e Plano plurianual de investimentos permitem conhecer as previsões estabelecidas pelos órgãos representativos da freguesia, para uma determinada gerência económica.

Seguidamente apresentamos a análise à estrutura e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia.

O Orçamento corrigido para o exercício de 2017, apresenta no final do ano, a seguinte decomposição:

RECEITAS		%	DESPESAS		%	SALDO	
Receitas correntes	1.677.924,45	84,90%	Despesas Correntes	1.544.637,45	78,16%	Saldo corrente	133.287,00
Receitas de Capital	0,00	0,00%	Despesas de Capital	431.715,45	21,84%	Saldo capital	-431.715,45
Sd. Gerência Anterior	298.428,45	15,10%				Sd. Gerência Anterior	298.428,45
	<b>1.976.352,90</b>	<b>100,00%</b>		<b>1.976.352,90</b>	<b>100,00%</b>		<b>0,00</b>

Q.4 - Orçamento corrigido

O Saldo da Gerência Anterior, incorporado no orçamento através de revisão orçamental (aprovada em 28.04.2017), foi aplicado na sua totalidade a despesas de capital, salvaguardando, desta forma, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.



## Síntese da execução orçamental

A execução orçamental do ano de 2017, refletida de forma resumida no quadro abaixo, resultou numa **Receita orçamental** que ascendeu a **1.625.457,66 euros**, e de realização de **Despesa orçamental**, no valor **1.686.773,55 euros**, culminando num **resultado** anual negativo, no montante de **61.315,89 euros**.

	RECEITAS	%	DESPESAS	%	SALDO		
Receitas correntes	1.624.531,09	99,94%	Despesas Correntes	1.526.614,09	90,50%	Saldo corrente	97.917,00
Receitas de Capital	926,57	0,06%	Despesas de Capital	160.159,46	9,50%	Saldo capital	-159.232,89
	<b>1.625.457,66</b>	<b>100,00%</b>		<b>1.686.773,55</b>	<b>100,00%</b>		<b>-61.315,89</b>

Q.5 - Síntese da execução orçamental

Em suma, o desempenho orçamental do ano de 2017 traduziu-se num **grau de execução da Receita de 96,87%** (excluindo-se para o efeito o saldo da gerência anterior) e da **Despesa paga de 85,34%**.

De seguida, apresentamos alguns indicadores orçamentais da estrutura e evolução da execução orçamental ao longo do último quadriénio, permitindo uma análise de acompanhamento de informação relativa ao desempenho económico da autarquia.

Indicador	Fórmula	2014	2015	2016	2017	Função
Grau de cobertura global das receitas e das despesas	Receita total/Despesa total	94,16%	99,83%	112,27%	96,36%	Capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
	Receita corrente/Despesa corrente	104,37%	111,37%	120,69%	106,47%	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
	Receitas próprias/ Despesa total	23,48%	28,98%	35,75%	26,68%	Grau de cobertura da despesa total pelas receitas próprias da autarquia
	Transferências da administração central/ Despesa total	22,93%	23,82%	26,79%	26,58%	Grau de cobertura da despesa total pelas transferências da Administração central
Estrutura da receita	Pessoal/ Receita próprias	166,30%	125,71%	114,25%	146,64%	Grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas próprias
	Receitas próprias/ Receita total	24,93%	29,03%	31,84%	27,68%	Peso da receita própria da autarquia no total das receitas arrecadadas
	Transferências da administração local/ Receita total	42,44%	38,72%	38,46%	42,27%	Peso das transferências da administração local na receita total
Estrutura da despesa	Transferências da administração central/ Receita total	24,35%	23,86%	23,86%	27,58%	Peso das transferências da administração central na receita total
	Despesa capital/ Despesa total	9,91%	10,54%	6,97%	9,50%	Peso da despesa de capital na despesa total
	Pessoal/ Despesa corrente	43,34%	40,73%	43,91%	43,22%	Peso da despesa com o pessoal na despesa corrente
	Aquisição de bens e serviços correntes/ Despesa corrente	42,40%	43,69%	41,23%	42,23%	Peso da despesa com a aquisição de bens e serviços na despesa corrente

Q.6 - Indicadores orçamentais





## Equilíbrio Orçamental

A regra do equilíbrio orçamental preconizada no POCAL e reforçada pelo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constante da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução orçamental da União de Freguesias cumpriu com esta regra, no ano de 2017, encerrando o exercício orçamental com um saldo corrente superavitário de 97.917,00 euros.

A evolução da poupança corrente ao longo último quadriénio, evidenciada no quadro abaixo, comprova o bom desempenho orçamental da autarquia, que vem permitindo libertar meios financeiros para canalizar em investimentos.

Descrição	2014	2015	2016	2017
Receita corrente cobrada	1.574.223,26	1.686.564,75	1.698.545,54	1.624.531,09
Despesa corrente paga	1.508.319,02	1.514.365,89	1.409.776,13	1.526.614,09
<b>Saldo corrente</b>	<b>65.904,24</b>	<b>172.198,86</b>	<b>288.769,41</b>	<b>97.917,00</b>

Q.7 - Evolução do saldo corrente

## Análise da Receita

### Estrutura

As receitas da autarquia podem ser divididas em dois grupos:

- **Receitas próprias**, que englobam os recursos financeiros que os serviços podem arrecadar através do normal funcionamento da autarquia e decorrem da cobrança de impostos, taxas e o produto da venda de bens e serviços correntes;
- **Transferências**, que podem assumir uma natureza corrente ou de capital e que por norma não envolvem uma contraprestação direta por parte da autarquia.



A estrutura da execução da receita, no ano de 2017, encontra-se representada no quadro seguinte, permitindo uma avaliação da receita, não só através da análise do grau de execução orçamental dos diferentes capítulos, assim como do peso de cada capítulo na receita global arrecadada pela autarquia.

Capítulo	Orçamento corrigido	Execução	Grau de execução	Peso (%)
01. Impostos Directos	56.694,00	56.591,70	99,82%	3,48%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	268.038,00	258.031,88	96,27%	15,87%
05. Rendimentos de Propriedade	11,00	1,94	17,64%	0,00%
06. Transferências Correntes	1.214.836,45	1.175.505,52	96,76%	72,32%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	137.145,00	133.200,05	97,12%	8,19%
08. Outras Receitas Correntes	1.200,00	1.200,00	100,00%	0,07%
15. Rep. não Abatidas nos Pagamentos	0,00	926,57	100,00%	0,06%
<b>Total</b>	<b>1.677.924,45</b>	<b>1.625.457,66</b>	<b>96,87%</b>	<b>100,00%</b>

Q.8 - Execução orçamental da receita por classificação económica

Da análise ao quadro anterior, é possível observar que a receita é constituída, maioritariamente, por *Transferências Correntes* (72,32%) e *Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de bens e serviços correntes*, que representam, conjuntamente, 24,07% da receita total arrecadada.

O desempenho orçamental da receita registou uma variação negativa, apresentando um grau de execução de 96,87% (excluindo da análise o efeito do saldo da gerência anterior), em resultado de uma cobrança global aquém do previsional, no montante de 52 466,79€.

Analisando os capítulos com maior impacto na receita cobrada, somos a tecer os seguintes comentários:

#### Transferências correntes

Com um peso de 72,32% da receita total, podemos observar no quadro seguinte que este capítulo é constituído, essencialmente, por transferências efetuadas ao abrigo dos acordos e contratos em vigor com o Município de Matosinhos e pelas transferências do Orçamento de Estado para as Freguesias (Fundo Financiamento Freguesias e compensação do vencimento do eleito local), sendo conjuntamente responsáveis por 94,20% do total da receita deste capítulo.



06. Transferências Correntes		Orçamento	Execução	Peso (%)	Grau de execução
06.01.02	Privadas	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.03.01.04	Fundo de Financiamento de Freguesias	382.463,00	382.463,00	32,54%	100,00%
06.03.01.05	Remunerações Eleitos Locais	37.946,00	37.957,86	3,23%	100,03%
06.03.01.06	Subsídios de reintegração	27.916,74	27.916,74	2,37%	100,00%
06.03.01.99	Outras	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.03.07.01.01	Gabinete de Inserção Profissional	11.319,00	4.550,26	0,39%	40,20%
06.03.07.01.02	Programas ocupacionais	73.012,00	29.379,29	2,50%	40,24%
06.03.07.01.03	Programas de estágio	5,00	6.087,21	0,52%	121744,20%
06.05.01.01.01	Delegação de competências - CMM	666.934,71	666.932,06	56,74%	100,00%
06.05.01.01.07	Recenseamento e Atos Eleitorais	220,00	219,10	0,02%	99,59%
06.05.01.01.08	Contratos programa/protocolos	15.000,00	20.000,00	1,70%	133,33%
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.08.01	Famílias	5,00	0,00	0,00%	0,00%
		<b>1.214.836,45</b>	<b>1.175.505,52</b>	<b>100,00%</b>	<b>96,76%</b>

Q.9 - Estrutura e execução das transferências correntes recebidas

Este capítulo apresentou no final do ano um grau de execução de 96,76%, o que representa, em termos absolutos, uma variação de, aproximadamente, 39 mil euros. Concorrem para esta variação as seguintes rubricas que não atingiram o montante previsional:

- ✓ 06.03.07.01.01 - “Gabinete de Inserção Profissional”, sendo apenas transferido, em 2018, o encerramento de contas do acordo findo em 2017, no montante de 5 489,31€.
- ✓ 06.03.07.01.02 - “Programas ocupacionais”, assiste-se a uma variação negativa entre os montantes aprovados pelo IEFP e o efetivamente transferido, sendo certo que determinados programas se encontram em execução e desde logo transitarão verbas para o ano de 2018. (variação: 43 632,71€)

Existiram, contudo, algumas rubricas que excederam o previsto, nomeadamente:

- ✓ 06.03.07.01.03 - “Programas de estágio”, nesta rubrica não foi prevista a comparticipação relativa ao encerramento de contas do programa PEPAL, montante que se encontrava por receber desde 2016 (variação: 6 082,21€);
- ✓ 06.05.01.01.08 - “Contratos programa/protocolos”, a variação favorável deveu-se ao apoio financeiro concedido pelo município para a execução do projeto desportivo “Centro de Marcha e Corrida” (variação: 5 000 €);

#### Taxas, multas e outras penalidades

Responsável por 15,87% da receita cobrada, este capítulo apresentou um desempenho orçamental abaixo do inicialmente previsto, com um grau de execução de 96,27%, correspondente a 258 mil euros, em termos absolutos.



04. Taxas, Multas e Outras Penalidades		Orçamento	Execução	Peso (%)	Grau de execução
04.01.23.01.01	Feira Custóias	118.765,00	114.412,36	44,34%	96,34%
04.01.23.01.02	Feira Santana	65.360,00	64.888,77	25,15%	99,28%
04.01.23.01.03	Mercados e Feiras Anuais	1.635,00	1.952,33	0,76%	119,41%
04.01.23.04	Canídeos	6.353,00	6.594,10	2,56%	103,80%
04.01.23.99.03	Emolumentos Secretaria	6.091,00	5.193,50	2,01%	85,27%
04.01.23.99.06	Cemitérios	42.564,00	35.554,87	13,78%	83,53%
04.01.23.99.09	Concessões / Cemitérios	27.250,00	29.200,00	11,32%	107,16%
04.01.23.99.99	Diversos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
04.02.99	Multas e penalidades Diversas	15,00	235,95	0,09%	1573,00%
<b>Total</b>		<b>268.038,00</b>	<b>258.031,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>96,27%</b>

Q.10 - Estrutura e execução das taxas, multas e outras penalidades

Pela observação ao quadro anterior, pode constatar-se que para o desempenho orçamental abaixo do esperado, na ordem dos 10 mil euros, contribuíram as rubricas – 04.01.23.01.01 – “Feira Custóias” e 04.01.23.99.06 – “Cemitérios”, com variações, em termos absolutos, de 4,3 e 7 mil euros, respetivamente.

#### Venda de bens e serviços

O produto da venda de bens e serviços correntes representa um peso de 8,19% da receita total cobrada (aproximadamente 133 mil euros em termos absolutos), tendo fechado o exercício orçamental com um grau de execução de 97,12%.

07. Vendas de bens e serviços correntes		Orçamento	Execução	Peso (%)	Grau de execução
07.01.03	Publicações e impressos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
07.01.99	Outros	5,00	0,00	0,00%	0,00%
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
07.02.08.02.01	Serviços Recreativos - Turismo Sénior	9.458,00	7.920,00	5,95%	83,74%
07.02.08.02.02	Serviços Recreativos - Escola Música	1.320,00	1.750,00	1,31%	132,58%
07.02.08.04.01	Férias Desportivas	11.865,00	9.690,00	7,27%	81,67%
07.02.09.02.01	Recolha de cera e resúdios metálicos	2.418,00	2.254,90	1,69%	93,25%
07.02.09.02.02	Outros	2.392,00	2.399,84	1,80%	100,33%
07.02.09.05	Inumações, Exumações e transladações	30.378,00	26.156,00	19,64%	86,10%
07.02.09.07	Parques de estacionamento	33.109,00	36.472,00	27,38%	110,16%
07.02.99.01	Postos CTT	9.880,00	10.257,31	7,70%	103,82%
07.02.99.03	Posto Atendimento Cidadão	5,00	0,00	0,00%	0,00%
07.03.02	Rendas de edifícios	36.300,00	36.300,00	27,25%	100,00%
07.03.99	Outras	5,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>		<b>137.145,00</b>	<b>133.200,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>97,12%</b>

Q.11 - Estrutura e execução da venda de bens e serviços correntes



Pela análise ao quadro anterior, verificamos que a execução deste capítulo se apresenta muito idêntico ao inicialmente previsto, evidenciando uma variação global pouco significativa de 3,9 mil euros.

Destaque menos positivo para a rubrica 07.02.09.05 – “Inumações/exumações/trasladações”, que registou um grau de execução de 86,10% (variação: 4,2 mil euros).

## Evolução

O quadro abaixo apresenta a comparação homologa da receita cobrada, permitindo perceber as variações ocorridas nos principais capítulos da receita.

Descrição	2016		2017		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Absoluta	%
<b>Receita corrente</b>	<b>1.701.478,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.625.457,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>-76.020,84</b>	<b>-4,47%</b>
Impostos Diretos	73.555,98	4,32%	56.591,70	3,48%	-16.964,28	-23,06%
Taxas, multas e outras penalidades	324.642,63	19,08%	258.031,88	15,87%	-66.610,75	-20,52%
Rendimentos de propriedade	4,88	0,00%	1,94	0,00%	-2,94	-60,25%
Transferências correntes	1.160.472,00	68,20%	1.175.505,52	72,32%	15.033,52	1,30%
Venda de bens e serviços correntes	123.670,05	7,27%	133.200,05	8,19%	9.530,00	7,71%
Outras receitas correntes	16.200,00	0,95%	1.200,00	0,07%	-15.000,00	-92,59%
Reposições não abatidas nos pag.	2.932,96	0,17%	926,57	0,06%	-2.006,39	-68,41%
<b>Receita capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total Receita efetiva</b>	<b>1.701.478,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.625.457,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>-76.020,84</b>	<b>-4,47%</b>

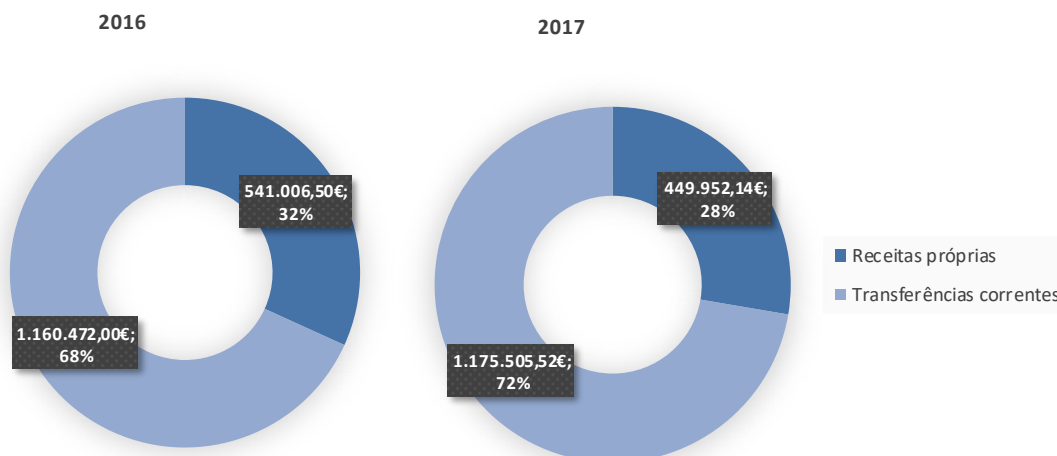
Q.12 - Evolução global da receita cobrada

A receita cobrada, no ano de 2017, apresentou-se em termos globais significativamente inferior ao verificado no ano de 2016, refletido num decréscimo de, aproximadamente, 76 mil euros (variação de 4,47pp), onde se destacam variações por capítulo com alguma relevância:

- ✓ **Os impostos diretos**, proveniente da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), registaram uma variação de 23,06pp (cerca de 17 mil euros). Porém, a variação não se deve a uma redução efetiva na cobrança deste imposto, mas antes ao inflacionamento do montante executado em 2016, o qual devido a um atraso nas transferências por parte da AT, englobou a verba do IMI, referente a novembro de 2015.
- ✓ **Taxas, multas e outras penalidades** apresentam uma variação negativa de 66,6 mil euros (20,52pp), devendo-se a mesma, essencialmente, à redução verificada na concessão de terrenos no âmbito dos cemitérios, na ordem dos 53,3 mil euros. Assistiu-se, ainda, a uma diminuição homologa na cobrança de taxas nos cemitérios e na ocupação de lugares na feira de Custóias, no montante de 9,6 e 3,4 mil euros, respetivamente.

Positivamente, há a destacar a variação verificada no capítulo **venda de bens e serviços correntes**, o qual registou uma variação homologa positiva de 7,71pp (aprox. 9,5 mil euros), contribuindo para a mesma um ligeiro aumento verificado na cobrança afeta aos parques de estacionamento de, aproximadamente, 4,8 mil euros.

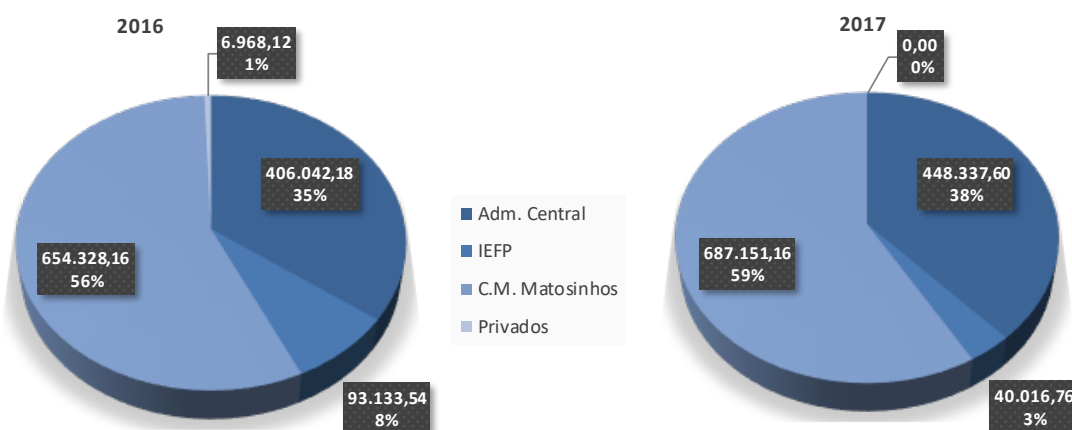
Analisada a receita numa ótica de fontes de financiamento, constatamos que do total de receitas arrecadadas pela autarquia, em 2017, 72% provêm de transferências correntes, sendo as receitas próprias responsáveis pelos restantes 28% do total da receita arrecadada.



F.1 - Evolução da distribuição das fontes de receita

Em termos homólogos, denota-se um relativo decréscimo da parcela das receitas próprias, refletindo-se num aumento do peso das transferências correntes em cerca de 4pp. De referir, que para o cálculo da receita própria, foi considerado, para além das taxas e vendas de bens e serviços cobrados pela autarquia, a receita proveniente do IMI, a qual é cobrada pelos Serviços da Autoridade Tributária que posteriormente transferem para a freguesia a quantia cobrada deduzida dos respetivos encargos com a cobrança.

Analisando a distribuição das **transferências correntes** a favor da Autarquia, verifica-se que do município de Matosinhos provem 59% da receita arrecadada, seguindo-se a Administração Central e o IEFP, com 38% e 3%, respetivamente.

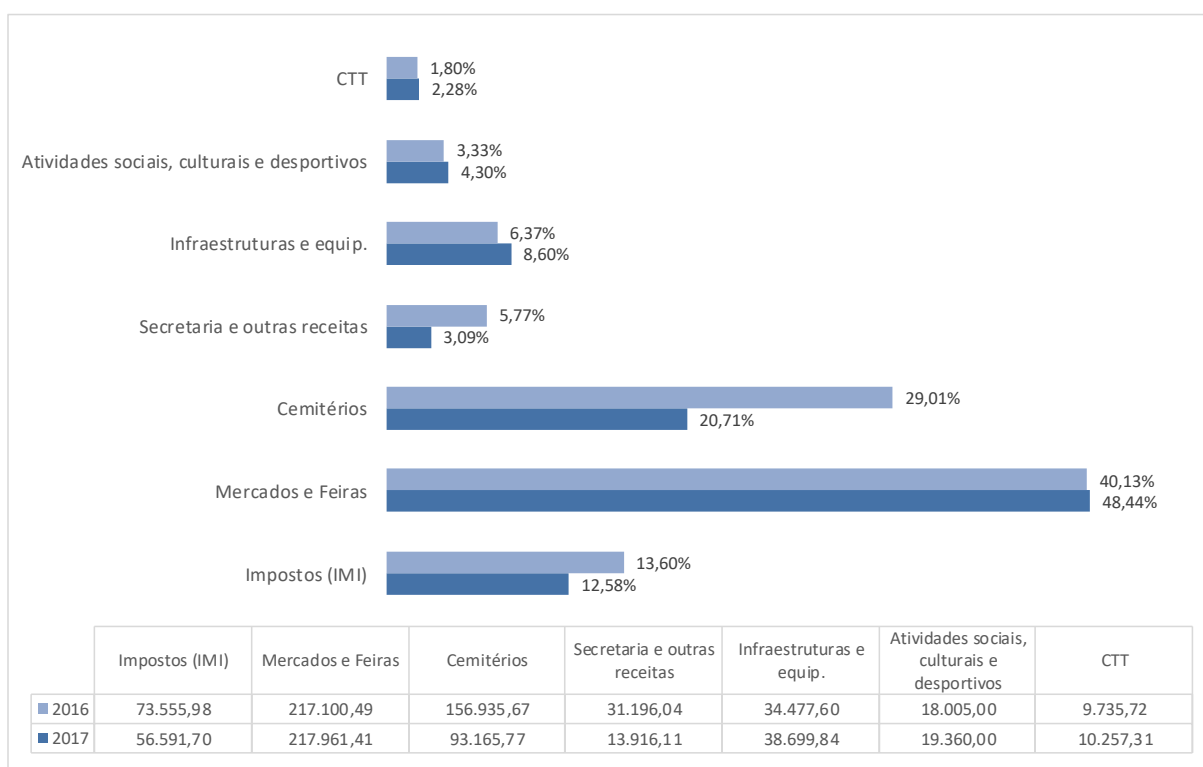


F.2 - Evolução da distribuição das transferências correntes recebidas

Pela análise comparativa dos últimos dois anos, podemos observar na figura anterior um aumento do peso das transferências municipais, de 56% verificado em 2016 para os atuais 59%.

Em sentido descendente estão as transferências provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente pela redução dos programas e acordos comparticipados pela mesma, a saber: Protocolo Apresentação Quinzenal (variação de 11,9 mil euros) e Contratos Emprego e Inserção (Variação de 41,8 mil euros).

Para a análise às **receitas próprias**, optou-se por agrupar as taxas e venda de bens e serviços por setores de atividade, sendo que do total arrecadado em 2017 (449.952,14€), cerca de 48,44% resultam da aplicação de taxas, no âmbito dos Mercados e Feiras, seguindo-se a exploração dos cemitérios com 20,71%, e a cobrança de Impostos com 12,58%.



F.3 - Evolução da distribuição das receitas próprias

Em comparação com o período homólogo, verifica-se uma diminuição geral das receitas próprias em 2017 na ordem dos 91 mil euros, sendo responsáveis por esta variação a verba cobrada de IMI a par de um menor número de concessões concretizadas nos cemitérios explorados pela União de freguesias.

## Análise da Despesa

### Estrutura

A **Despesa Orçamental paga** foi de **1 686.773,55 euros** e apresenta um diferencial de 289.579,35 euros relativamente ao orçamentado, após inclusão do saldo da gerência anterior.

Em termos de despesa efetivamente assumida, **os compromissos assumidos** no período ascenderam a **1 710.983,47 euros**, transitando para o ano seguinte compromissos por pagar, no valor de 7 936,47€.

A estrutura e a execução da despesa encontram-se representadas no quadro seguinte, onde estão também evidenciados os agrupamentos com maior peso na despesa total.

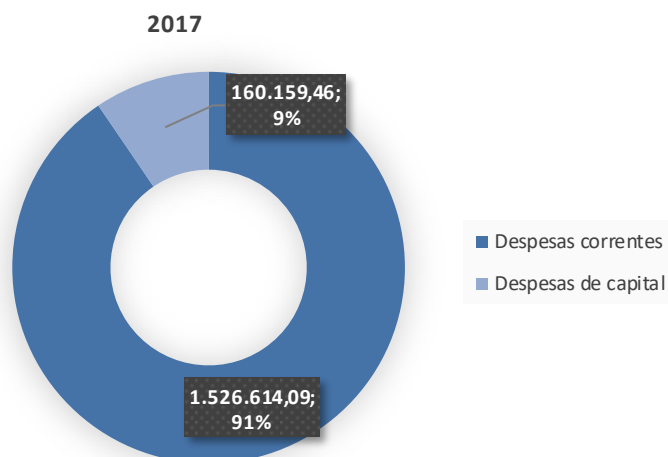
No ano de 2017, revelaram-se como agrupamentos de maior peso estrutural: as *Despesas com pessoal* (39,12%) e a *Aquisição de bens e serviços* que representam, conjuntamente, 38,22% da despesa total paga.

Rubrica	Orçamento corrigido	Execução	Grau de execução	Peso (%)
<b><i>Despesas com pessoal</i></b>	<b>660.566,00</b>	<b>659.817,24</b>	<b>99,89%</b>	<b>39,12%</b>
01.01 Remuneração certa/permanente	492.760,00	492.062,50	99,86%	29,17%
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	24.941,00	24.921,58	99,92%	1,48%
01.03 Segurança social	142.865,00	142.833,16	99,98%	8,47%
<b><i>Aquisição de bens e serviços</i></b>	<b>660.043,45</b>	<b>644.638,89</b>	<b>97,67%</b>	<b>38,22%</b>
02.01 Aquisição de bens	187.288,38	179.536,80	95,86%	10,64%
02.02 Aquisição de serviços	472.755,07	465.102,09	98,38%	27,57%
<b><i>Transferências correntes</i></b>	<b>206.940,00</b>	<b>205.479,54</b>	<b>99,29%</b>	<b>12,18%</b>
04.07 Instituições sem fins lucrativos	108.973,00	107.866,76	98,98%	6,39%
04.08 Famílias	97.967,00	97.612,78	99,64%	5,79%
<b><i>Outras despesas correntes</i></b>	<b>17.088,00</b>	<b>16.678,42</b>	<b>97,60%</b>	<b>0,99%</b>
06.02 Diversas	17.088,00	16.678,42	97,60%	0,99%
<b><i>Aquisição de bens de capital</i></b>	<b>431.715,45</b>	<b>160.159,46</b>	<b>37,10%</b>	<b>9,50%</b>
07.01 Investimentos	431.715,45	160.159,46	37,10%	9,50%
<b>Total</b>	<b>1.976.352,90</b>	<b>1.686.773,55</b>	<b>85,34%</b>	<b>100,00%</b>

Q.13 - Execução orçamental da despesa por classificação económica

Da análise ao quadro anterior verificamos que a despesa paga apresentou um grau de execução de 85,34%, dos quais 90,50% destinaram-se ao pagamento de despesas de natureza corrente. O remanescente (9,50%) foi aplicado no financiamento do investimento, o qual atingiu no ano de 2017 um volume de, aproximadamente, 160 mil euros.





F.4 - Distribuição da despesa em correntes e de capital

Evidenciando os agrupamentos de despesa com maior impacto na despesa total paga, podemos retirar as seguintes conclusões:

#### Despesas com pessoal

As despesas com pessoal constituídas pelo somatório de 3 subagrupamentos de despesa: - *remunerações certas e permanentes; abonos variáveis ou eventuais e encargos com a segurança social*, posicionam-se como o agrupamento de despesa com maior peso, responsáveis por 39,12% do total da despesa paga.

Quanto ao grau de execução anual, o mesmo ascendeu a 99,89%, representativo de uma despesa, em termos absolutos, de 659 817,24€.

Com o objetivo de apoiar os órgãos dirigentes na gestão dos recursos humanos, em matéria de composição do pessoal e encargos por vínculo contratual, apresentamos de seguida, quadros indicativos de valores: (para o efeito foi incluído o pessoal abrangido por Contratos de Emprego e Inserção que têm enquadramento orçamental no subagrupamento 04.08 - *famílias*).

	Despesa Realizada	% Distribuição
Eleitos locais	54.834,54	9%
Pessoal Quadro	410.060,59	70%
Avença/tarefa (Pessoas Singulares)	27.167,37	5%
Estagiários	0,00	0%
Programas Ocupacionais	97.612,78	17%

Q.14 - Massa salarial (apenas consideradas remunerações certas e permanentes)

	N.º Médio	% Distribuição
Eleitos a Tempo Inteiro	2	3%
Pessoal do Quadro	39	57%
Avença/tarefa (Pessoas Singulares)	3	4%
Estagiários	0	0%
Programas Ocupacionais (CEI)	24	34%

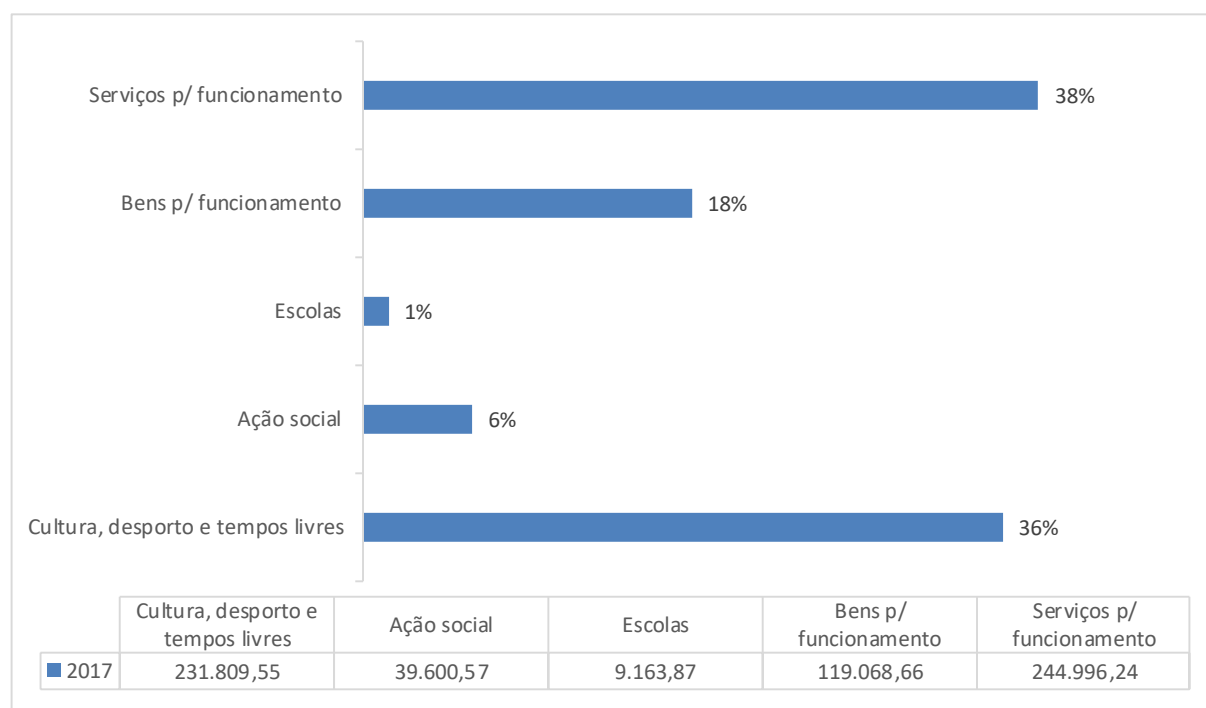
Q.15 - Composição do pessoal

### Aquisição de bens e serviços correntes

O agrupamento das aquisições de bens e serviços compreende por um lado as despesas de funcionamento necessárias para o exercício da atividade normal da autarquia, assim como todos os fornecimentos para a prossecução das competências próprias e delegadas que lhe foram atribuídas.

Este agrupamento de despesa revela-se com o segundo maior em termos de peso, com uma afetação orçamental de 38,22% da despesa total, que em termos absolutos representa uma execução de 644 638,89€, dos quais 465 102,09€ se referem à aquisição e subcontratação de serviços.

Atendendo à natureza muito diversa da despesa efetuada com a aquisição de bens e serviços, de seguida apresenta-se graficamente a sua distribuição em função de objetivos de custo, relevantes para uma análise mais pormenorizado da afetação dos bens e serviços adquiridos.



F.5 - Distribuição da despesa com aquisição de bens e serviços por objetivos

### Investimentos / Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui todos os projetos a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respetiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projetos/ações financiados por despesas de investimento (07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pela União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões no ano 2014 e seguintes.



Da análise ao Mapa “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos”, anexo ao presente relatório, podemos observar que o valor do Orçamento destinado a **investimento autárquico, no ano 2017, totalizou cerca de 160 mil euros** (representativo de um nível de execução anual de 37,09%), distribuído por **14 Projetos** de intervenção nas mais diversas áreas de atuação da Freguesia.

Analisando o **investimento** ocorrido em **2017**, destacam-se como projetos de maior impacto orçamental:

- ✓ *Projeto/Ação n.º 2015/17 – Pavimentação de vias de comunicação e passeios – 63 920,12 €;*
- ✓ *Projeto/Ação n.º 2015/18 – Parques infantis e desportivos – 38 509,44 €;*
- ✓ *Projeto/Ação n.º 2014/05 – Requalificação do salão do edifício de Leça do Balio – 9 553,35 €;*
- ✓ *Projeto/Ação n.º 2015/30 – Aquisição de viaturas – 8 000,00 €;*
- ✓ *Projeto/Ação n.º 2017/04 – Aquisição de equipamento de frio e congelação – 6 665,25 €;*

## Evolução

O quadro abaixo apresenta a comparação homologa da despesa paga, permitindo aferir as variações ocorridas na execução e no respetivo peso dos principais agrupamentos da despesa.

Descrição	2016		2017		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Absoluta	%
<b>Despesa corrente</b>	<b>1.409.776,13</b>	<b>93,03%</b>	<b>1.526.614,09</b>	<b>90,50%</b>	<b>116.837,96</b>	<b>8,29%</b>
Despesas com pessoal	619.018,88	40,85%	659.817,24	39,12%	40.798,36	6,59%
Aquisição de bens e serviços	581.194,99	38,35%	644.638,89	38,22%	63.443,90	10,92%
Transferências correntes	186.043,71	12,28%	205.479,54	12,18%	19.435,83	10,45%
Outras despesas correntes	23.518,55	1,55%	16.678,42	0,99%	-6.840,13	-29,08%
<b>Despesa de capital</b>	<b>105.687,44</b>	<b>6,97%</b>	<b>160.159,46</b>	<b>9,50%</b>	<b>54.472,02</b>	<b>51,54%</b>
Aquisição de bens de capital	105.687,44	6,97%	160.159,46	9,50%	54.472,02	51,54%
<b>Total Despesa efetiva</b>	<b>1.515.463,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.686.773,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>171.309,98</b>	<b>11,30%</b>

Q.16 - Evolução global da despesa paga

Efetuada a análise comparativa com o ano de 2016, verifica-se um aumento global da despesa orçamental paga na ordem dos 171 mil euros, refletido num aumento das despesas correntes e de capital de 116 837,96€ e 54 472,02€, respetivamente.

**As despesas com pessoal** apresentam uma variação de, aproximadamente, 41 mil euros relativamente ao ano anterior, representativo de um aumento de 6,59pp.

Descrição	2016	2017	Variação	
			Absoluta	%
<b>Despesas com pessoal</b>				
Remunerações certas e permanentes	467.429,97	492.062,50	24.632,53	5,27%
Abonos variáveis e eventuais	20.889,70	24.921,58	4.031,88	19,30%
Contribuições para Segurança Social	130.699,21	142.833,16	12.133,95	9,28%
<b>Total</b>	<b>619.018,88</b>	<b>659.817,24</b>	<b>40.798,36</b>	<b>6,59%</b>

Q.17 - Evolução das despesas com pessoal



Da análise ao quadro anterior podemos observar que a variação verificada tem maior relevo no subagrupamento de despesa “remunerações certas e permanentes”, proporcionado pelo recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho e, ainda, da remuneração de um vogal do executivo pelo exercício de funções em regime de não exclusividade.

O aumento das remunerações certas e permanentes tem como consequência um acréscimo nas contribuições da entidade para a Segurança Social (incluindo ADSE e Seguros de acidentes de trabalho), as quais apresentam uma variação de 9,28pp

**As despesas com aquisição de bens e serviços** apresentaram, em 2017, um aumento em cerca de 63 mil euros, representando em termos percentuais uma variação de 10,92pp.

No quadro seguinte alistem-se as rubricas que registaram variações com maior relevância neste agrupamento.

Descrição	2016	2017	Variação	
			Absoluta	%
<b>Aquisição de bens</b>				
Combustíveis	18.095,43	20.523,87	2.428,44	13,42%
Ação Social	37.405,76	39.600,57	2.194,81	5,87%
Vestuário e artigos pessoais	1.648,84	5.906,20	4.257,36	258,20%
Rede viária, cemitérios, infraestruturas e equip.	36.737,09	44.158,85	7.421,76	20,20%
<b>Aquisição de serviços</b>				
Encargos com instalações	30.371,63	35.662,64	5.291,01	17,42%
Transportes	21.602,76	25.788,47	4.185,71	19,38%
Publicidade	11.798,16	4.895,08	-6.903,08	-58,51%
Atividades sociais, culturais e desportivas	151.933,89	197.199,88	45.265,99	29,79%
<b>Total</b>	<b>581.194,99</b>	<b>644.638,89</b>	<b>63.443,90</b>	<b>10,92%</b>

Q.18 - Evolução das despesas com aquisição de bens e serviços

Como se poderá observar pelo quadro anterior, o aumento verificado teve grande expressão nas rubricas “Rede viária, cemitérios, infraestruturas e equipamentos” (Variação de 7,4 mil euros); “Encargos com instalações” (V: 5,2 mil euros); “Atividades sociais, culturais e desportivas” (V: 45 mil euros).

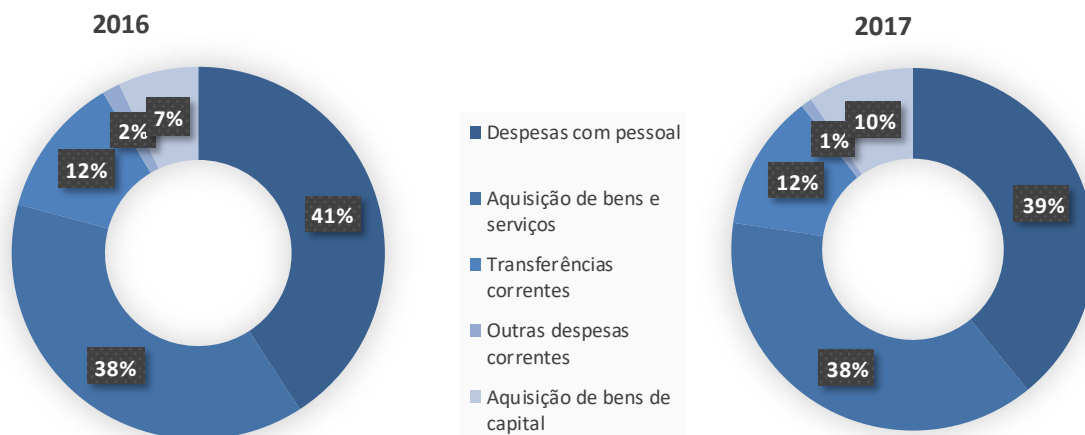
As despesas com **transferências correntes** apresentam, em 2017, um aumento de 10,45pp, representando em termos absolutos uma variação de 19,4 mil euros.

Descrição	2016	2017	Variação	
			Absoluta	%
<b>Transferências correntes</b>				
Apoio a coletividades/Inst. sem fins lucrativos	89.809,76	107.866,76	18.057,00	20,11%
Programas estágio	3.350,05	0,00	-3.350,05	-100,00%
Programas ocupacionais	92.883,90	97.612,78	4.728,88	5,09%
<b>Total</b>	<b>186.043,71</b>	<b>205.479,54</b>	<b>19.435,83</b>	<b>10,45%</b>

Q.19 - Evolução das transferências correntes concedidas

Pela análise às rubricas que compõem este agrupamento de despesa, elencadas no quadro anterior, destacam-se os apoios financeiros concedidos a diversas coletividades de carácter social, cultural e desportivo com um crescimento de 18 mil euros, traduzido numa variação de 20,11pp.

A **aquisição de bens de capital**, com uma execução, no ano de 2017, de 160 159,64 €, apresenta um aumento homólogo no investimento, em cerca de 54,5 mil euros (Variação de 51,54pp).



F.6 - Evolução da estrutura da despesa paga

A análise à estrutura das despesas, representadas na figura anterior, permite realçar o peso das despesas com pessoal, que representam 39% da despesa total paga em 2017. Assinala-se, ainda, que as despesas com pessoal em conjunto com a aquisição de bens e serviços, representam 77% da despesa total paga.

Em comparação com o ano transato, denota-se um aumento de representatividade no agrupamento de despesa *Aquisição de bens de capital* em 3pp.



## Operações de tesouraria

O Mapa de Operações de Tesouraria reflete para cada uma das rubricas, as responsabilidades perante terceiros decorrentes da Gerência Anterior, os movimentos ocorridos durante o ano de 2017, bem como as responsabilidades que transitam para o período seguinte.

Código	Designação	Saldo Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo Gerência Seguinte
			Débito	Crédito	
17.01.01	Imposto de selo	0,00	0,00	0,00	0,00
17.01.02	IRS - Trabalho Dependente	1.991,00	27.667,00	28.129,00	2.453,00
17.01.03	IRS - Trabalho Independente	157,14	1.754,28	1.814,52	217,38
17.01.04	Sobretaxa extraordinária de IRS	36,00	148,00	112,00	0,00
17.01.05	ADSE	-20,78	10.420,26	10.417,48	-23,56
17.01.06	Caixa Geral de Aposentações	1.916,64	25.592,16	25.484,86	1.809,34
17.01.08	Segurança Social	1.413,54	20.644,06	21.111,48	1.880,96
17.01.09	STAL	-16,47	522,43	522,43	-16,47
17.01.10	STEESP	2,34	661,39	661,39	2,34
17.01.11	SINTESPA	0,00	23,56	23,56	0,00
17.02.01	Cauções e garantias de fornecedores	1.077,50	0,00	0,00	1.077,50
17.02.02	Penhoras	70,11	2.758,38	2.688,27	0,00
17.02.03	Polícia Segurança Pública	5,00	25,00	21,26	1,26
17.02.04	Outras	0,00	0,00	2,50	2,50
	<b>Total</b>	<b>6.632,02</b>	<b>90.216,52</b>	<b>90.988,75</b>	<b>7.404,25</b>

Q.20 - Mapa de operações de tesouraria

Do exame efetuado aos documentos que suportam os movimentos, contas correntes de Operações de Tesouraria e da observação ao quadro anterior, podemos concluir:

- A autarquia transitou do exercício de 2016, com um total de responsabilidades fixo em 6.632,02 €;
- Durante 2017, foram retidos valores num total de 90.988,75 €, assim como entregues valores fixos no montante de 90.216,52 €, encontrando-se em débito 7.404,25 € respeitante aos descontos e retenções efetuadas no processamento de vencimentos de dezembro, acrescido de 1 077,50 € relativo a cauções e garantias de fornecedores e, ainda de coimas no montante de 3,76€ que revertem a favor da PSP.

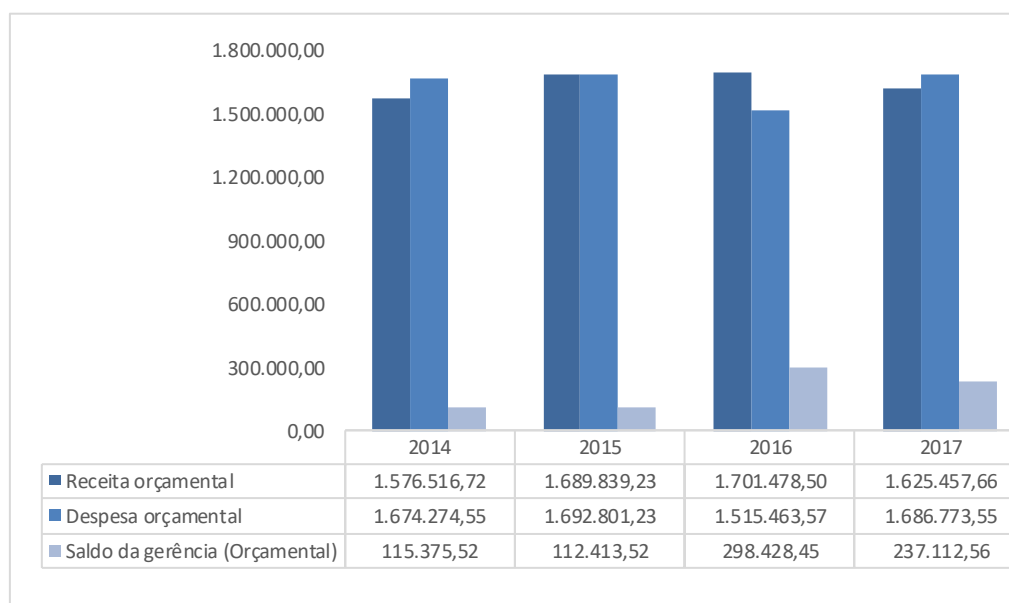
## Conta de gerência

Da análise à conta de gerência concluímos que o saldo a transitar para a gerência seguinte é de 244 516,81€, resultante de um saldo de operações orçamentais que ascende a 237 112,56€ e de um saldo de operações de tesouraria, no montante de 7 404,25€.

Descrição	Operações orçamentais	Operações de tesouraria	Total
Saldo transitado de 2016	298.428,45	6.632,02	305.060,47
Receita cobrada	1.625.457,66	90.988,75	1.716.446,41
Despesa paga	1.686.773,55	90.216,52	1.776.990,07
<b>Saldo a transitar para 2018</b>	<b>237.112,56</b>	<b>7.404,25</b>	<b>244.516,81</b>

Q.21 - Resumo da conta de gerência

Apresenta-se de seguida, a evolução orçamental no último quadriénio, permitindo aferir de eventuais tendências comportamentais da receita e da despesa.



F.7 - Evolução dos recebimentos, pagamentos e saldo de gerência

Da análise à figura anterior, podemos observar uma tendência crescente da receita orçamental até ao ano de 2016, inclusive, assistindo-se já neste último exercício a uma descida acentuada da mesma. Atenuando os efeitos da oscilação e calculado o crescimento médio anual da receita, conclui-se que esta cresceu a um ritmo de 1,14%/ano.

A despesa orçamental apresenta-se bastante constante ao longo do quadriénio, com exceção do ano de 2016 em que registou um nível muito inferior, devido a uma menor execução do Plano Plurianual de Investimentos.

O crescimento mais acentuado da receita comparativamente com a despesa permitiu originar um incremento ao saldo da gerência, tendo este aumentado, no último quadriénio, em cerca de 121,7 mil euros.



## PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, com as necessárias adaptações introduzidas pela Resolução n.º 1/2018 de 25 de janeiro de 2018 – Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2017 e gerências partidas de 2018, no DR 2ª Série, n.º 29, de 09 de fevereiro de 2018.

Em conformidade com as resoluções referidas e restantes obrigações declarativas previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, resultam para a União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões como elementos de prestação de contas, os seguintes documentos apresentados em anexo ao presente relatório.

ANEXO I – Resumo orçamento (7.2 - POCAL)

ANEXO II – Controlo orçamental da despesa (7.3.1 - POCAL)

ANEXO III – Controlo orçamental da receita (7.3.2 - POCAL)

ANEXO IV – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (7.4 - POCAL)

ANEXO V – Fluxos de caixa e contas de ordem (7.5 - POCAL)

ANEXO VI – Operações de tesouraria (7.6 - POCAL)

ANEXO VII – Caracterização da entidade (8.1 - POCAL)

ANEXO VIII – Modificações do orçamento – receita (8.3.1.1 - POCAL)

ANEXO IX – Modificações do orçamento – despesa (8.3.1.2 - POCAL)

ANEXO X – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos (8.3.2 - POCAL)

ANEXO XI – Outras dívidas a terceiros (8.3.6.2 - POCAL)

ANEXO XII – Resumo diário de tesouraria (12.2.9 - POCAL)

ANEXO XIII – Síntese das reconciliações bancárias (7.2 - POCAL)

ANEXO XIV – Transferências correntes – despesa (8.3.4.1 – POCAL)

ANEXO XV – Transferências correntes – receita (8.3.4.2 – POCAL)

ANEXO XVI- Declaração de responsabilidade (Resolução n.º 1/2018 - TC)

ANEXO XVII - Compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)

ANEXO XVIII - Pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)





**GESNORT**

Praceta D. Nuno Álvares Pereira, 20 4.º EW  
4450-218 Matosinhos  
T. +351 229 398 600  
F. +351 229 398 609